



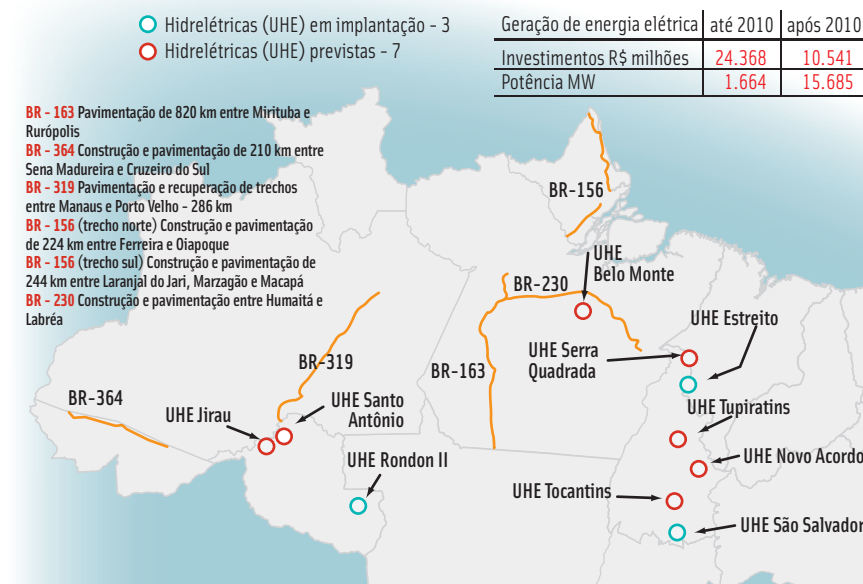
(compradores) de grãos, grupos de consumidores, organizações ambientalistas e de direitos humanos estão fazendo um esforço conjunto para implantar critérios socioambientais rigorosos para a produção agrícola na Amazônia. Fazendeiros e pecuaristas, mesmo em áreas remotas, seriam forçados a obedecer às leis ambientais e a adotar boas práticas de uso da terra se quiserem vender sua produção para fora.

Um exemplo dessa tendência é a recente moratória (suspensão da compra) divulgada pelas empresas que adquirem a maior parte da soja brasileira. Elas deixarão de comprar por dois anos o grão de áreas desmatadas recentemente. A decisão foi fruto de uma campanha lançada pelo Greenpeace de boicote à rede McDonald's na Europa por usar soja da Amazônia na ração dos frangos. É uma forma de utilizar a pressão internacional a favor da causa ambiental, já que o destino das florestas brasileiras está cada vez mais ligado ao do planeta.

O Brasil possui 288 unidades federais de conservação ambiental, divididas em áreas de proteção integral e de uso sustentável

GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: ESTRADAS E USINAS HIDRELÉTRICAS

Obras planejadas para os próximos anos



Fonte: Governo federal

Chico Mendes: líder seringueiro e pioneiro das reservas extrativistas

O embate na Amazônia entre grileiros (fraudadores) e especuladores de terra contra as populações mais pobres, moradoras da floresta, é algo que vem de longe. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu no Acre e levou ao assassinato, há 19 anos, de um líder sindical dos trabalhadores rurais que virou herói ambientalista: Chico Mendes (1944-1988). Na época, o estado presenciava a oposição entre os seringueiros – na região desde o século XIX, atraídos pelo ciclo da borracha – e os fazendeiros e madeireiros, trazidos pelos incentivos para a ocupação da Amazônia, iniciados durante a ditadura militar, na década de 1970.

Como em outros locais da Amazônia, a pecuária e a extração ilegal de madeira, ao lado da grilagem de terras (posse ilegal),



JOEL ROCHA

resultaram em desmatamento no Acre e na expulsão da população para a periferia miserável das cidades. Inconformados, alguns seringueiros decidiram reagir e iniciaram os “empates”, em que as famílias se davam as mãos e formavam uma barreira protetora para impedir o corte das árvores. Um dos líderes desse movimento em Xapuri, no interior do Acre, era Chico Mendes, presidente do sindicato local dos seringueiros, membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT, que ajudou a fundar o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Para os seringueiros, a defesa da floresta contra madeireiros era uma questão básica de sobrevivência. Com esse objetivo, o CNS propôs a criação de reservas extrativistas – terras de propriedade do governo federal

cujo uso seria controlado pelas associações comunitárias de seringueiros e por outros moradores tradicionais da floresta. Em troca do manejo da terra de forma a proteger a integridade total da floresta, teriam controle sobre coleta e destino final dos produtos florestais.

Por suas atividades, Chico Mendes atraiu inimigos, como os fazendeiros Darly e Darcy Alves da Silva, condenados pelo seu assassinato a 19 anos de prisão, em 1990, graças à movimentação de entidades sindicais, religiosas, políticas, de direitos humanos e ambientalistas. Em 1993, os dois escaparam da prisão e foram novamente capturados em 1996. O caso despertou pela primeira vez a atenção internacional para os problemas dos seringueiros. Chico Mendes virou símbolo e inspiração para a defesa da Amazônia. Um ano após sua morte, foram criadas as primeiras reservas extrativistas no Acre.

Ação governamental

O governo brasileiro festejou, no fim de 2006, a notícia de que o desmatamento no país caiu pelo segundo ano consecutivo. Para o Ministério do Meio Ambiente, os principais motivos para isso foram as ações da Polícia Federal e a criação de áreas de proteção ambiental. Os críticos, porém, minimizam as ações do governo, apontando a redução da colheita da soja como a principal razão, pois houve uma queda na procura por novas terras agrícolas.

Polêmicas à parte, é inegável que o Estado brasileiro vem avançando em medidas de proteção ao meio ambiente. O Brasil possui 288 unidades de conservação protegidas pelo governo federal, num total de 70 milhões de hectares, e objetiva chegar a 100 milhões de hectares em 2010. A área protegida por reservas federais alcança a 8% do território brasileiro, enquanto os estados possuem reservas em mais 4% do país. As áreas de proteção podem ser **integrais** – que não permitem nenhum tipo de atividade econômica – ou de **uso sustentável** – que comportam exploração econômica, desde que de forma planejada e preservando os recursos naturais. Nesse último grupo estão, por exemplo, as reservas extrativistas,

criadas com a mobilização dos seringueiros (veja *boxe na pág. ao lado*).

O desenvolvimento econômico, porém, cria situações complexas. Um exemplo é o projeto de asfaltamento da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), para facilitar o escoamento da produção agropecuária de Mato Grosso e ao mesmo tempo facilitar o transporte dos produtos eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus para o Sul e o Sudeste. A perspectiva da obra, aliada à presença de vastas extensões de terras públicas com florestas intactas, já atraiu várias empresas. Naturalmente, uma estrada asfaltada que atravessasse uma larga extensão de floresta facilita a penetração humana, com seu potencial de agressão à floresta. Mas, ao mostrar que há uma nova consciência ambiental, agricultores e populações locais já pedem políticas e ações que se antecipem à obra – como planos de gestão ambiental, infra-estrutura e fomento a atividades produtivas, para garantir um desenvolvimento sustentável para a região.

Uma boa perspectiva de futuro, para todos, depende de responder a desafios de forma satisfatória, avançando no bem-estar comum e preservando nosso patrimônio natural. ☒

Saiu na imprensa

GOVERNO PUBLICA MAPA DE FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS
Unidades de conservação, terras indígenas e reservas ocupam 23% do Brasil

Claudio Angelo

“Pela primeira vez na história deste país”, o governo federal sabe onde estão e quantas são as florestas que lhe pertencem. Somadas, elas ocupam 193,8 milhões de hectares, 94% deles espalhados pelos Estados da Amazônia Legal. O número foi compilado pelo Serviço Florestal Brasileiro. É superlativo, como tudo o mais que vem da Amazônia. Estamos falando de quase 23% do território nacional (...).

O mapa com a localização dessas florestas poderá ser visto na internet a partir de hoje, quando o serviço florestal (www.sfb.gov.br) lança a primeira versão do

Cadastro Nacional das Florestas Públicas. Esse registro pode ser comparado a uma certidão de nascimento das florestas brasileiras em posse do governo federal. Ele reúne, em uma só base de dados, todas as unidades de conservação federais, reservas extrativistas e terras arrecadadas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e outros órgãos públicos que ainda não foram destinadas a nenhum uso. O mapa ainda é preliminar. (...)

Embora tenha sido feito para atender a objetivos práticos – uso econômico das florestas –, o cadastro pode ajudar a combater o desmatamento. (...) o mapa é uma vacina contra a grilagem, já que delimita terras federais. (...) Ele permitirá que crimes ambientais nessas áreas sejam tratados pela Polícia Federal.

Folha de S.Paulo, 10/7/2007

Resumo

Aquecimento global

EFEITO ESTUFA É um fenômeno natural. Os gases que compõem a atmosfera retêm no planeta parte do calor recebido do Sol. Esse efeito é potencializado e se torna prejudicial, provocando o aquecimento global, quando há um aumento na concentração dos gases do efeito estufa – como o dióxido de carbono, liberado por indústrias, veículos, desmatamento e agropecuária.

CONSEQUÊNCIAS O aumento do efeito estufa provoca a elevação da temperatura média da Terra. Se continuar, projetam-se seis possibilidades: no melhor dos casos, até 2100 haverá um aumento entre 1,1°C e 2,9°C na temperatura. A pior situação prevê um aumento entre 2,4°C e 6,4°C.

PROTOCOLO DE KYOTO É um acordo internacional destinado a diminuir os gases do efeito estufa. Prevê que os países desenvolvidos devem cortar suas emissões de CO₂ e outros gases para 5% abaixo dos níveis de 1990 até 2012. Os EUA não ratificam o protocolo. Brasil, China e Índia participam, mas não têm a obrigação de reduzir as emissões.

BIODIVERSIDADE É a variedade de espécies de vida na Terra e os complexos ambientais de que fazem parte. Está sendo reduzida, pela destruição dos habitats provocada pelo homem. O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade no planeta.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É a busca de conciliar o desenvolvimento econômico com o respeito ao meio ambiente. É um tema-chave para governos, empresas e cidadãos, pois, se o ritmo de exploração do planeta continuar, não haverá água, energia nem recursos suficientes para preservar a vida no futuro.

BRASIL Contribui para o efeito estufa, sobretudo, com o desmatamento da Amazônia. Embora o país tenha diminuído, não há uma política clara de proteção da floresta, em razão da pressão para ocupar a área e desenvolver a economia em detrimento dos impactos ambientais.